



ANEXO I

JUSTIFICATIVAS

Finalidade: Este anexo tem por finalidade fornecer subsídios para autorizar a licitação, modalidade pregão eletrônico, registro de preços para aquisição de caixas d'água e reservatórios tipo tanque em polietileno PEAD para aplicação em sistemas de abastecimento de água, conforme especificações técnicas, contidas nos termos de referência deste processo administrativo.

Da necessidade de contratação:

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) tem, entre suas atribuições, a missão de "Desenvolver bacias hidrográficas de forma integrada e sustentável, contribuindo para a redução das desigualdades regionais". Trata-se de uma instituição voltada à transformação da realidade das regiões em que atua, com ênfase na melhoria das condições sociais, econômicas e ambientais.

A estratégia de atuação da Codevasf centra-se na promoção da inclusão produtiva, por meio do apoio à estruturação dos Arranjos Produtivos Locais (APLs), na execução de obras de infraestrutura para o escoamento da produção, na realização de projetos e obras de infraestrutura rural, na operação de centros integrados de recursos pesqueiros e de aquicultura, bem como na capacitação dos produtores rurais.

Essas atividades produtivas são incentivadas e organizadas em torno dos APLs, que consistem em arranjos estruturados com um número expressivo de empreendimentos em determinado território, reunindo indivíduos que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante. Esses arranjos compartilham formas percebidas de cooperação e mecanismos de governança, integrando desde pequenas a grandes empresas.

O abastecimento hídrico irregular e a vulnerabilidade climática demandam ações efetivas e contínuas para garantir o acesso à água, um recurso fundamental para a sobrevivência das famílias e para o desenvolvimento de atividades produtivas na região nordestina. Pernambuco, especialmente em suas áreas rurais e semiáridas, enfrenta desafios recorrentes relacionados à oferta limitada de água para consumo humano, agricultura familiar e atividades produtivas essenciais. Nesse cenário, a distribuição de reservatórios de água surge como uma solução concreta para mitigar os efeitos da seca e assegurar a sustentabilidade das comunidades locais.

Ao distribuir reservatórios e caixas d'água, a CODEVASF, em parceria com as políticas públicas locais, potencializa a capacidade das comunidades de armazenar água, ampliando a resiliência hídrica nas regiões mais afetadas pela seca. Além de garantir o abastecimento, essa ação contribui para a organização das atividades produtivas, principalmente aquelas vinculadas aos Arranjos Produtivos Locais (APLs), que estruturam a economia de diversas regiões do estado. A agricultura familiar, por exemplo, pode se beneficiar diretamente da disponibilidade de água, o que eleva a capacidade produtiva e a qualidade de vida dos produtores.

Ademais, o apoio ao desenvolvimento de sistemas de armazenamento de água nas comunidades promove a independência e a autossuficiência das famílias, fortalecendo a governança local e a coesão social.

No último exercício, todo o saldo registrado para as caixas d'água de 1.000 litros foi integralmente consumido, de modo que novas solicitações ainda aguardam atendimento. Diante disso, a



presente licitação se justifica para atender tanto as necessidades imediatas quanto aquelas que poderão ser formalizadas no período de até um ano.

Modalidade: A modalidade a ser empregada para a licitação é o Pregão Eletrônico, tipo MENOR PREÇO, com Sistema de Registro de Preços (SRP). Os bens adquiridos neste edital, caixas d'água e reservatórios tipo tanque, classificam-se como comuns, haja vista que seus padrões de desempenho e qualidade estão bem definidos por meio das especificações que são reconhecidas e usuais no mercado.

Dotação orçamentária: Os fornecimentos serão executados no prazo de vigência da ata de registros de preços. Registra-se ainda que, para o caso do Sistema de Registro de Preços, conforme Art. 7º, §2º do Decreto nº. 7.892, de 23/01/13, não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do Contrato.

Art. 7º - A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, (Art. 32 Alinea IV, lei 13.303/2016), e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 2º - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Do Sistema de Registro de Preços (SRP): Consoante com o art. 3º, inciso I, do Decreto 7.892/2013 (*"I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes"*); a aplicação do "Sistema de Registro de Preços" neste procedimento, foi determinada pela necessidade regular de aquisição do bem especificado neste instrumento, tendo em vista o aprimoramento da infraestrutura hídrica e logística dos municípios inseridos na área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf. Entende-se ser possível a realização da licitação na modalidade Pregão Eletrônico com SRP, porque não há como prever, no momento, o quantitativo exato a ser adquirido, existindo assim a possibilidade de contratações parceladas, à medida que forem sendo apresentados novos pedidos dos itens incluídos na presente licitação. Além disso, nos últimos anos, esse tipo de licitação tem sido frequente na Codevasf, para atendimento de emendas parlamentares com destino a políticas públicas.

Forma de fornecimento: Fornecimento Parcelado: O fornecimento ocorrerá mediante expedição e encaminhamento, pela Codevasf da Ordem de Fornecimento (OF), devidamente preenchida com informações do item e valor unitário, respeitando o valor e quantidade contratada via Ata de Registro de Preços, de acordo com a disponibilidade financeira e as necessidades imediatas da administração, respeitando os prazos constantes no item 11. O objeto será parcelado, pois o objeto é divisível, tecnicamente viável, não vai haver perda de escala, permitindo a ampla participação de licitantes, havendo o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

Da não divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP): Em decorrência da especificidade do bem, e das dificuldades operacionais e logísticas, a Codevasf usufruirá o direito facultado no Art. 7º, do Decreto nº 11.462/2023 e do Decreto nº 8.250/2014, ponderando pela dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP).

Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual: Os bens a serem adquiridos serão fornecidos no prazo inferior a um ano, conforme consta nos Termos de Referência, e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.



Registra-se ainda que, para o caso do Sistema de Registro de Preços, conforme Art. 17º do Decreto nº. 11.462/2023, não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do Contrato.

XLV - sistema de registro de preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras;

Critério de Julgamento: Menor preço por item, de acordo com o Art. 54, inciso I da Lei n.º 13.303/2016.

Orçamento Público/Aberto: A definição pelo orçamento **público** tem embasamento no Acórdão TCU nº 1502/2018 – Plenário. O referido instrumento é preciso quanto à obrigatoriedade de divulgação dos preços de referência em editais de licitação quando forem utilizados como critério de aceitabilidade das propostas, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento. Devido a opção pela pesquisa de preços, de acordo com a IN nº73/2020, pelo Sistema de Registro de Preços, o preço unitário obtido é perfeitamente reproduzível, sendo a sua publicação mera formalização de informação já de domínio público, não frustrando a competitividade a sua publicação.

Modo de Disputa: Aberto, de acordo com o Art. 52, § 1º da Lei n.º 13.303/2016.

Cota Reservada a ME/EPP: em declaração de concordância com os fundamentos apresentados na Justificativa do Anexo I do Termo de Referência do Processo Administrativo nº 5956.000243/2024-21-e da 6ª Superintendência Regional da Codevasf, onde demonstrou a simulação dos valores de ágio/deságio estimados para cada cota reservada, fica adotado o percentual de 5% (cinco por cento) a ser reservado as micro empresas e empresas de pequeno porte nesta licitação.

Esse percentual foi estabelecido em função da preservação da economia de escala, tendo em vista os maiores volumes praticados por grandes fornecedores, e em função da viabilidade na participação das empresas enquadradas nesta Lei em atendimento ao disposto no inciso III, art. 48 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

Maiores cotas reservadas as ME/EPP implicam maiores desembolsos, dessa forma, foi adotado 5% para essa cota, preservando-se economia de escala, atendimento ao dispositivo legal e evitando eventuais questionamentos do Edital pelas empresas classificadas nesse grupo.

Garantia do Objeto: Visando atender aos objetivos da contratação pública e considerando o material empregado no processo construtivo dos equipamentos (polietileno) e, ainda, com base nas condições de garantia de fábrica oferecida pelos principais fornecedores desse mercado, será exigida garantia técnica de fábrica dos reservatórios de água de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, sem limite de tempo de uso, a contar da data do recebimento definitivo do bem. Caso a licitante ofereça produto com garantia de fábrica superior ao exigido no edital, prevalecerá a garantida fabricante, por ser mais vantajoso para a administração pública

Garantia de Execução (caução): É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução, perfazendo montante de 5% sobre o valor global contratado.



Qualificação Técnica: As exigências técnicas são imprescindíveis para que a vencedora do certame em questão tenha total capacidade técnica de executar os serviços com a segurança e a qualidade esperada para o empreendimento.

Da exigência ou não de apresentação de capital social mínimo: Dado o valor da aquisição, foi decidido considerar o valor de 5% (cinco por cento) do capital social como critério para reduzir a possibilidade de restrição de concorrência. Essa medida visa promover a participação de um maior número de empresas no processo licitatório, garantindo assim uma competição mais ampla e transparente. Ao limitar a exigência de capital social a 5% (cinco por cento), pretende-se evitar a exclusão de potenciais fornecedores que possuam capacidade técnica e financeira para atender às necessidades do órgão público.

Da não admissão de subcontratação: Objeto a ser licitado caracteriza-se como um serviço comum, de pequeno vulto, facilmente executável por empresas que atuem na área, não havendo necessidade de subcontratação.

Da não admissão da participação de empresas, sob a forma de consórcio: Neste certame o objeto é único, singelo, sem obrigações de diferentes especialidades ou passível de divisão. Portanto, a participação sob o regime de consorcio não é justificada.

Da não admissão da participação de Cooperativa: É dispensada a permissão de participação de empresas na forma de sociedades cooperativas, conforme estabelece IN 05/2017, tendo em vista que o objeto a ser licitado não trata de metodologia de execução de alta complexidade.

Sustentabilidade Ambiental: Serão atendidos os requisitos previstos na legislação aplicável.

Aprovação do Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar – ETP: O Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar serão aprovados por ato da autoridade competente.